

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. REQUERENTE:** Eliana Maria Nunes - Secretária Municipal de Saúde, Bianca Rodrigues de Assis - Secretária Municipal de Agricultura e José Nogueira da Cunha - Secretário Municipal de Obras.

**2. OBJETO:** Aquisição de veículos automotores, novos, 0 km, ano/modelo 2025 ou superior, para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Obras, Saúde e Agricultura, da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas/MG, conforme condições, quantidades e especificações estipuladas neste Termo de Referência.

2.2. A aquisição prevista será de acordo conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	<p>AMBULÂNCIA TIPO A - VEÍCULO FURGÃO ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, MODELO E FABRICAÇÃO DO ANO VIGENTE. ADAP. P/ AMB SIMPLES REMOÇÃO, COM CAP. VOL. NÃO INFERIOR A 7 METROS CÚBICOS NO TOTAL. COMPR. TOTAL MÍN. 4.740 MM; COMP. MÍN. DO SALÃO DE ATEND. 2.500 MM; AL. INT. MÍN. DO SALÃO DE ATEND. 1.540 MM; DIESEL; EQUIPADO C/ TODOS OS EQUIP. DE SÉRIE NÃO ESPECIFICADOS E EXIGIDOS PELO CONTRAN; A ESTRUTURA DA CABINE E DA CARROCERIA SERÁ ORIGINAL, CONSTRUÍDA EM AÇO. O PAINEL ELÉTRICO INTERNO, DEVERÁ POSSUIR 2 TOMADAS P/ 12V (DC). AS TOMADAS ELÉTRICAS DEVERÃO MANTER UMA DIST. MÍN. DE 31 CM DE QUALQUER TOMADA DE OXIGÊNIO. A ILUM. DO COMP. DE ATEND. DEVE SER DE 2 TIPOS: NATURAL E ARTIFICIAL, DEVERÁ SER FEITA POR NO MÍN. 4 LUMINÁRIAS, INSTALADAS NO TETO, C/ DIÂMETRO MÍN. DE 150 MM, EM BASE ESTAMPADA EM ALUMINO OU INJETADA EM PLÁSTICO EM MODELO LED. A ILUMINAÇÃO EXT. DEVERÁ CONSTAR C/ HOLOFOTE TIPO FAROL ARTICULADO REG. MANUALMENTE NA PARTE TRASEIRA DA CARROCERIA, C/ ACIONAMENTO INDEPENDENTE E FOCO DIRECIONAL AJUSTÁVEL 180° NA VERTICAL. POSSUIR 1 SINALIZADOR PRINCIPAL DO TIPO BARRA LINEAR OU EM FORMATO DE ARCO OU SIMILAR, C/ MÓDULO ÚNICO; 2 SINALIZADORES NA PARTE TRASEIRA DA AMB NA COR VERMELHA, C/ FREQ. MÍN. DE 90 FLASHES POR MINUTO, QUANDO ACIONADO C/ LENTE INJETADA DE POLICARBONATO. PODENDO UTILIZAR UM DOS CONCEITOS DE LED. SINALIZADOR ACÚSTICO C/ AMPLIFICADOR DE POT. MÍN. DE 100 W RMS @13,8 VCC, MÍN. DE 3 TONS DISTINTOS, SIST. DE MEGAFONE C/ AJUSTE DE GANHO E PRESSÃO SONORA A 1 M. DE NO MÍN. 100 DB @13,8 VCC; SIST. DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO EM CONTATO PERMANENTE COM A CENTRAL REGULADORA. SIST. FIXO DE OXIGÊNIO (REDE INTEGRADA): CONTENDO 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO DE NO MÍN. 16L. EM SUPORTE INDIVIDUAL, COM CINTAS REGULÁVEIS E MECANISMO CONFIÁVEL RESISTENTE A</p>	UNIDADE	1	R\$ 383.666,67	R\$ 383.666,67

	<p>VIBRAÇÕES, TREPIDAÇÕES E/OU CAPOTAMENTOS, POSSIBILITANDO RECEBER CILINDROS DE CAPACIDADE DIFERENTES, EQUIPADO C/ VÁLVULA PRÉ-REGULADA P/ 3,5 A 4,0 KGF/CM2 E MANÔMETRO; NA REGIÃO DA BANCADA, POSSUI UMA RÉGUA E FLUXÔMETRO, UMIDIFICADOR P/ O2 E ASPIRADOR TIPO VENTURI, C/ ROSCAS PADRÃO ABNT. CONEXÕES IN/OUT NORMATIZADAS PELA ABNT. A CLIMATIZAÇÃO DO SALÃO DEVERÁ PERMITIR O RESFR/AQUEC. O COMPART. DO MOTORISTA DEVERÁ SER FORNECIDO C/ O SIST. ORIGINAL DO FABRICANTE DO CHASSI OU HOMOLOGADO PELA FÁBRICA P/ AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO, AQUECEDOR E DESEMBAÇADOR. P/ O COMPART. PACIENTE, DEVERÁ SER FORNECIDO ORIGINAL DO FABRICANTE DO CHASSI OU HOMOLOGADO PELA FÁBRICA UM SIST. DE AR CONDICIONADO, C/ AQUECIMENTO E VENTILAÇÃO TIPO EXAUSTÃO LATERAL NOS TERMOS DO ITEM 5.12 DA NBR 14.561. SUA CAPACIDADE TÉRMICA DEVERÁ SER COM MÍN. DE 25.000 BTUS E UNIDADE CONDENSADORA DE TETO. MACA RETRÁTIL, COM NO MÍN. 1.900 MM DE COMPR., COM A CABECEIRA VOLTADA PARA FRENTE; C/ PÉS DOBRÁVEIS, SIST. ESCAMOTEÁVEL; PROVIDA DE RODÍZIOS, 3 CINTOS DE SEGURANÇA FIXOS, QUE PERMITAM PERFEITA SEGURANÇA E DESENGATE RÁPIDO. ACOMPANHAM: COLCHONETE. BALAUSTRE, COM 2 PEGA-MÃO NO TETO DO SALÃO DE ATENDIMENTO. AMBOS POSICIONADOS PRÓXIMOS ÀS BORDAS DA MACA, SENTIDO TRASEIRA-FRENTE DO VEÍCULO. CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO DE NO MÍN. 1 POLEGADA DE DIÂMETRO, COM 3 PONTOS DE FIXAÇÃO NO TETO, INSTALADOS SOBRE O EIXO LONGITUDINAL DO COMP. ATRAVÉS DE PARAFUSOS E C/ 2 SIST. DE SUPORTE DE SORO DESLIZÁVEL, DEVENDO POSSUIR 02 GANCHOS CADA PARA FRASCOS DE SORO. PISO: SER RESISTENTE A TRÁFEGO PESADO, REVESTIDO COM MATERIAL TIPO VINIL OU PRFV (PLÁSTICO RESISTENTE DE FIBRA DE VIDRO) OU SIMILAR EM COR CLARA, DE ALTA RESISTÊNCIA, LAVÁVEL, IMPERMEÁVEL E ANTIDERRAPANTE. ARMÁRIO EM UM SÓ LADO DA VIATURA (LADO ESQUERDO). AS PORTAS DOTADAS DE TRINCO PARA IMPEDIR A ABERTURA ESPONTÂNEA DAS MESMAS DURANTE O DESLOCAMENTO. ARMÁRIO TIPO BANCADA PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, PARA APOIO DE EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS, COM APROXIM. 1 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,70 M; FORNECIMENTO DE VINIL ADESIVO PARA GRAFISMO DO VEÍCULO, COMPOSTO POR (CRUZES) E PALAVRA (AMBULÂNCIA) NO CAPÔ, VIDROS LATERAIS E TRASEIROS; BEM COMO, AS MARCAS DO GOVERNO FEDERAL, SUS E MINISTÉRIO DA SAÚDE. - GARANTIA MÍNIMA: 1 ANO</p>				
002	CAMINHONETE – VEÍCULO TIPO PICAPE DE PEQUENO PORTE, CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X2, COMBUSTÍVEL FLEX, MOTIZAÇÃO	UNIDADE	1	R\$ 258.633,33	R\$ 258.633,33

	MÍNIMA DE 85 CV, CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) OCUPANTES INCLUINDO O MOTORISTA, 04 (QUATRO) PORTAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO E ALARME), CÂMBIO <b>AUTOMÁTICO</b> DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) VELOCIDADES, FREIOS ABS, AIR BAG CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, AR CONDICIONADO, MODELO E FABRICAÇÃO DO ANO VIGENTE, COMPATÍVEL COM TODAS AS REGULAMENTAÇÕES DE SEGURANÇA. COR: PRATA - GARANTIA MÍNIMA: 1 ANO				
003	CAMINHONETE – VEÍCULO TIPO PICAPE DE PEQUENO PORTE, CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X2, COMBUSTÍVEL FLEX, MOTIZAÇÃO MÍNIMA DE 85 CV, CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) OCUPANTES INCLUINDO O MOTORISTA, 04 (QUATRO) PORTAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO E ALARME), CÂMBIO <b>MANUAL</b> DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) VELOCIDADES, FREIOS ABS, AIR BAG CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, AR CONDICIONADO, MODELO E FABRICAÇÃO DO ANO VIGENTE, COMPATÍVEL COM TODAS AS REGULAMENTAÇÕES DE SEGURANÇA. COR: PRATA - GARANTIA MÍNIMA: 1 ANO	UNIDADE	1	R\$ 131.533,33	R\$ 131.533,33
004	MOTOCICLETA - TIPO: MOTOCICLETA DE USO MISTO, CATEGORIA TRAIL, 2 RODAS, 4 TEMPOS; ANO/MODELO: FABRICAÇÃO E MODELO ANO VIGENTE; MOTOR: MONOCILÍNDRICO, 4 TEMPOS, REFRIGERADO A AR, CILINDRADA MÍNIMA DE 150 CM³; POTÊNCIA: MÍNIMO DE 12,4 CV; ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA; PARTIDA: ELÉTRICA; TRANSMISSÃO: MANUAL, COM NO MÍNIMO 5 MARCHAS; FREIOS: A DISCO NA DIANTEIRA E TRASEIRA, COM SISTEMA COMBINADO (CBS) OU ANTITRIVAMENTO (ABS); SUSPENSÃO: DIANTEIRA TELESCÓPICA HIDRÁULICA E TRASEIRA MONOCHOQUE, AMORTECEDOR ÚNICO; CAPACIDADE DO TANQUE: MÍNIMO DE 12 LITROS; COMBUSTÍVEL: FLEX (GASOLINA/ETANOL); RODAS E PNEUS: ARO 18” (OU SUPERIOR), COM PNEUS DE USO TRAIL; PAINEL: DIGITAL OU SEMIDIGITAL COM VELOCÍMETRO, HODÔMETRO E INDICADOR DE COMBUSTÍVEL; ITENS OBRIGATÓRIOS: RETROVISORES, FAROL EM LED OU HALÓGENO, PROTEÇÃO DE ESCAPAMENTO, CAVALETE LATERAL E CENTRAL; COR EXTERNA: PREFERENCIALMENTE PRETA. - GARANTIA MÍNIMA: 2 ANOS, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM	UNIDADE	2	R\$ 27.237,00	R\$ 54.474,00
005	VEÍCULO 5 LUGARES - TIPO PASSEIO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO: VEÍCULO DE PASSEIO, CARROCERIA TIPO HATCHBACK, 4 PORTAS + 1 TRASEIRA, 5 LUGARES. ANO/MODELO: ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO ANO VIGENTE; MOTOR: MOTOR FLEX, MÍNIMO DE 1.0 LITROS, 4 CILINDROS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 98 CV; TRANSMISSÃO: MANUAL, COM NO MÍNIMO 5 MARCHAS À FRENTE E 1 À RÉ; DIREÇÃO: DIREÇÃO COM ASSISTÊNCIA ELÉTRICA OU HIDRÁULICA; FREIOS: SISTEMA DE FREIOS COM ABS E EBD; AIRBAGS: FRONTAIS, PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO; ITENS	UNIDADE	4	R\$ 115.327,00	R\$ 461.308,00

	OBRIGATÓRIOS: AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS 4 PORTAS, TRAVAMENTO ELÉTRICO DAS PORTAS, SISTEMA DE SOM COM RÁDIO E CONECTIVIDADE BLUETOOTH/USB, ALARME E TRAVAMENTO AUTOMÁTICO EM MOVIMENTO; RODAS: RODAS DE AÇO COM PNEUS DE USO URBANO E CALOTAS; COR EXTERNA: COR SÓLIDA BRANCA; CAPACIDADE DO TANQUE: MÍNIMO DE 45 LITROS - GARANTIA MÍNIMA: 1 ANO				
006	VEÍCULO 7 LUGARES - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO: VEÍCULO UTILITÁRIO ESPORTIVO (SUV) OU MINIVAN; CARROCERIA: 4 PORTAS + PORTA TRASEIRA TIPO TAMPA, COM 3 FILEIRAS DE BANCOS; ANO/MODELO: NO MÍNIMO FABRICAÇÃO E MODELO DO ANO VIGENTE; MOTOR: MOTOR A COMBUSTÃO OU FLEX OU TURBO, MÍNIMO 1.0 OU SUPERIOR, POTÊNCIA MÍNIMA DE 110 CV; TRANSMISSÃO: MANUAL OU AUTOMÁTICA, COM NO MÍNIMO 5 MARCHAS; DIREÇÃO: DIREÇÃO ASSISTIDA, PREFERENCIALMENTE ELÉTRICA; FREIOS: FREIOS ABS COM DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS: MÍNIMO DE 2 AIRBAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); CAPACIDADE DE PASSAGEIROS: 7 LUGARES COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES; ITENS OBRIGATÓRIOS: AR-CONDICIONADO COM SAÍDA PARA AS 3 FILEIRAS; VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, SISTEMA DE SOM COM BLUETOOTH E ENTRADA USB, CÂMERA DE RÉ OU SENSOR DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; DESEMBAÇADOR TRASEIRO; PNEUS: DE USO URBANO OU MISTO, COM RODA DE AÇO OU LIGA LEVE; COMBUSTÍVEL: FLEX (GASOLINA/ETANOL) COR EXTERNA: BRANCO - GARANTIA MÍNIMA: 1 ANO	UNIDADE	2	R\$ 143.314,66	R\$ 286.629,33
007	VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4 - (DIESEL) - CAMINHONETE - CARROCERIA: ABERTA, CABINE DUPLA; NUMERO DE LUGARES: 05 LUGARES; NUMERO DE PORTAS: 04 PORTAS LATERAIS; CAPACIDADE DE CARGA: MÍNIMA DE 0,650 TONELADAS; POTÊNCIA: MÍNIMA DE 140CV E MÁXIMA DE 230CV; CILINDRADA: MÍNIMA DE 1950CC E MÁXIMA DE 3200CC; DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; TRAÇÃO: (4X2), (4X4) E (4X4) REDUZIDA; SUSPENSÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE FREIO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; COMBUSTÍVEL: DIESEL; ACESSÓRIOS: AR CONDICIONADO. MODELO E FABRICAÇÃO: ANO VIGENTE - GARANTIA MÍNIMA: 1 ANO	UNIDADE	1	R\$ 254.837,33	R\$ 254.837,33
008	VEÍCULO TIPO VAN - VEÍCULO TIPO VAN, PASSAGEIRO COM ACESSIBILIDADE 16 PESSOAS, VEÍCULO UTILITÁRIO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ZERO KM, COM ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTE E DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, COM UMA POLTRONA ELEVATÓRIA PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE, CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN 939/2022; POTÊNCIA MÍNIMA 130 CV; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS: MÍNIMO 3665 MM; TV COM KIT MULTIMÍDIA. COR BRANCA, MOTOR A DIESEL, AR-CONDICIONADO, CINTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAIS PARA TODOS OS ASSENTOS E PORTA LATERAL DE	UNIDADE	1	R\$ 315.750,00	R\$ 315.750,00

<p>CORRER, TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, FREIOS ABS, AIRBAG, ALARME. FORNECER VINIL ADESIVO PARA GRAFISMO DO VEÍCULO, COMPOSTO POR NOME E LOGOMARCA OFICIAL DO GOVERNO DE MINAS GERAIS, DE ACORDO COM O PADRÃO DO MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL, DISPONÍVEL NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO – SEGOV – <a href="http://WWW.GOVERNO.MG.GOV.BR">WWW.GOVERNO.MG.GOV.BR</a>. MODELO E FABRICAÇÃO DO ANO VIGENTE. - GARANTIA MÍNIMA: 1 ANO</p>				
<b>VALOR TOTAL =</b>				<b>R\$ 2.146.832,00</b>

### 3. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

3.1. O preço total estimado pela administração para contratação do objeto é de **R\$ 2.146.832,00 (dois milhões cento e quarenta e seis mil oitocentos e trinta e dois reais)** conforme os valores constantes no quadro acima.

### 4.DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato.

4.2. A empresa contratada deverá fornecer o produto de acordo com o pedido feito pelas Secretarias.

4.3. O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

4.4. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

### 5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A aquisição visa a renovação e ampliação da frota municipal, visando o aprimoramento dos serviços públicos prestados à população, notadamente nas áreas de infraestrutura, atendimento à saúde e suporte às atividades agrícolas do município. Os veículos atualmente disponíveis encontram-se em estado de desgaste ou são insuficientes para a demanda, comprometendo a qualidade e eficiência dos serviços. Importante destacar que a aquisição dos veículos destinados à Secretaria de Saúde será realizada com recursos oriundos de transferências estaduais e federais, provenientes de



resoluções específicas que tratam do fortalecimento da rede de atenção à saúde, conforme previsto nos respectivos instrumentos normativos e termos de repasse. Essa aquisição visa garantir maior eficiência, segurança e agilidade no atendimento à população, respeitando os princípios da economicidade, legalidade e eficiência na administração pública.

## **6. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da presente contratação foi realizada com base nos recursos financeiros repassados ao município através das seguintes resoluções da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG):

- Resolução SES/MG nº 9.739/2024 – Referente à aquisição de veículo tipo van para transporte sanitário;
- Resolução SES/MG nº 9.753/2024 – Referente à aquisição de ambulância 4x4;
- Resolução SES/MG nº 10.088/2025 – Referente à aquisição de veículo de 7 lugares;
- Resolução SES/MG nº 10.202/2025 – Referente à aquisição de caminhonete pick-up 4x4.

Na base de preços do SIGEM (Sistema de Gestão da Tabela de Preços de Equipamentos e Materiais da Saúde), para:

- Veículo de passeio 5 lugares, utilizado para apoio administrativo e logístico das ações e saúde.

A composição dos preços estimados também levou em consideração consultas a fornecedores, orçamentos atualizados de mercado, e plataformas oficiais de precificação, garantindo conformidade com os princípios da economicidade e da razoabilidade.

## **7. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município de 2025, em dotação específica abaixo:

4.4.90.52.00.2.05.02.10.301.0004.2.0047 MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO BÁSICO DA SAÚDE  
4.4.90.52.00.2.05.02.10.301.0004.1.0097 AQUIS. EQUIP. E VEÍCULOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA  
4.4.90.52.00.2.05.03.10.305.0004.2.0057 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA EPIDEMIOLOGIA ECD  
4.4.90.52.00.2.05.01.10.122.0002.2.0042 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE  
4.4.90.52.00.2.05.02.10.302.0004.1.0022 AQUIS. EQUIP. VEÍCULOS PARA O HOSPITAL  
4.4.90.52.00.2.05.01.10.122.0002.2.0042 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE  
4.4.90.52.00.2.04.01.15.451.0006.1.0006 AQUIS. MÁQUINAS E VEÍCULOS P/ SERV. OBRAS  
4.4.90.52.00.2.06.01.20.122.0027.2.0059 MANUT. DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA

## **8. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

8.1. Em Bom Jardim de Minas ainda não foi implantado o Plano Anual de Contratações, de forma que neste momento não existe o alinhamento entre a presente contratação e o plano de contratações.

## **9. DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA:**

9.1. **A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do envio da respectiva Autorização de Fornecimento. Incumbe à contratada a obrigação de manter atualizado o endereço eletrônico indicado para o recebimento da referida autorização, sob pena de não se opor à contagem do prazo.

9.2. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência.

9.3. A Empresa licitante que se sair vencedora do certame licitatório deverá disponibilizar os serviços da melhor forma a atender às necessidades do Município;

9.4. A empresa vencedora responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

9.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, o fornecimento será fiscalizado pelo Município, através de servidor designado para tal função, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº. 14.133/21.

10.2. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar os fornecimentos, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado no contrato.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 São obrigações da Contratante:

11.2. Efetuar o pagamento a CONTRATADA no prazo e forma estipulados no contrato mediante documento hábil de quitação.

11.3. Solicitar o fornecimento em conformidade com suas necessidades durante o período de contrato;

11.4. Emitir ato designando o responsável pela fiscalização da execução dos serviços.

11.5. O Município deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes deste Termo de Referência;

11.6. Compete ainda ao Município:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução contratual;
- f) Todas as demais obrigações constantes neste Termo de Referência, que fará parte integrante da contratação;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Fornecer os serviços solicitados conforme Ordem de Serviço, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela Administração devidamente assinada por servidor competente para tal;

12.2. Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

12.3. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Licitação;

12.4. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;



12.5. Considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante no contrato; comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato.

12.6. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora.

12.7. Realizar, com seus próprios recursos todos os fornecimentos relacionados com o objeto contratado, de acordo com as especificações estipuladas pelo Município.

12.8. Prestar, dentro dos prazos, os fornecimentos contratados de acordo com as necessidades e determinações do CONTRATANTE, obedecendo a todas as exigências estabelecidas neste termo;

12.9. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do contrato.

12.10. Fornecer mão-de-obra especializada arcando com a devida remuneração e demais encargos exigidos;

12.11. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas aos fornecimentos, responsabilizando-se pela qualidade do mesmo, bem como pela segurança de seus empregados.

12.12. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados na execução dos fornecimentos contratados.

12.12.1. Responsabilizar-se por todos os atos, acontecimentos e acidentes com seus funcionários no período do fornecimento, excluindo o Contratante de qualquer responsabilidade cível, criminal e de qualquer espécie.

12.13. O CONTRATADO responde, por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros, comprovada a culpa ou dolo.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

15.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo original.

16.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

16.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente e irregular com os órgãos fiscais, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a previsão em contrato.

## **17. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE**

17.1. O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

17.3. A Licitante que convocada para assinar o Contrato deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

17.4. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

17.5. O Contrato terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

17.6. A rescisão do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## **18. DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

18.1. A entrega deverá ocorrer em **até 60 (sessenta) dias úteis após assinatura do contrato.**

18.2. Os fornecimentos, objeto desta Licitação, deverão ser executados em perfeita condição de utilização e normas da ABNT;

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

19.1. O objeto do contrato será recebido de forma **provisória e definitiva**, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços do contrato:

19.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

19.1.2. O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:

a) Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os fornecimentos envolvidos na execução;

b) Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;

c) A fiscalização do Município realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

19.1.3. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

19.1.3.1. O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s) de acordo com o constante no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021; **em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:**

a) Atendidas todas as reclamações do Município referentes a defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos dos serviços;

b) Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos fornecimentos;

c) Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, e FGTS e Certidões negativas de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

19.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.4. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.



## **20. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

20.1 A contratada obriga-se a executar os fornecimentos licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e Contrato/Nota de empenho.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.2. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

21.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

21.3.2. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

21.3.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

21.3.4. A Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

21.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o



descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

21.5. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

21.6. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

21.6.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.6.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.6.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

21.6.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.6.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.6.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.6.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.6.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou a execução do contrato;

21.6.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.6.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.6.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do pregão eletrônico, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.6.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

21.6.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.7. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 19.6.1. deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 21.6.1 a 21.6.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 21.6.2 a 21.6.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 21.6.8 a 22.6.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

21.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.7.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.7.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.7.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.9. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão

sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021;

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **22. ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 126 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 126 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **23. EXTINÇÃO DO CONTRATO**

23.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

23.2. A extinção do contrato poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

23.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

23.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

23.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

23.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

23.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.5.3. Indenizações e multas.

## **24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

24.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1. Qualquer omissão referente ao teor deste Termo de Referência deverá ser suprida de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

Bom Jardim de Minas/MG, 22 de agosto de 2025.

Eliana Maria Nunes  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula 3082

Bianca Rodrigues de Assis  
Secretária Municipal de Agricultura  
Matrícula 1995

José Nogueira da Cunha  
Secretário Municipal de Obras  
Matrícula 2960